

CONFERÊNCIA ANUAL DA APS  
“A IDADE NUNCA VEM SÓ:  
COMO RESPONDER AOS DESAFIOS DA VIDA”

---

Intervenção da Senhora Presidente da ASF, Dra. Margarida Corrêa de Aguiar, na sessão de encerramento da Conferência Anual da APS, subordinada ao tema: “A idade nunca vem só: como responder aos desafios da vida”

**Lisboa, 05 de dezembro de 2019**  
Museu do Oriente

Muito boa tarde a Todos.

Gostaria de começar por agradecer à Associação Portuguesa de Seguradores, na pessoa do seu presidente Engenheiro José Galamba de Oliveira, o convite para participar nesta Conferência, a qual tenho a honra de encerrar.

E gostaria, também, de felicitar a Associação Portuguesa de Seguradores pela realização desta Conferência, particularmente pelo tema escolhido e diversidade e riqueza dos debates e pela oportunidade de combinar os olhares e perspetivas de diferentes gerações.

Um dos grandes desafios que se coloca a Portugal é reorganizar-se para responder positivamente à complexa realidade da diminuição e do envelhecimento da população e do aumento da longevidade. Esta realidade não é nova – todos sabemos. Os números são sobejamente conhecidos e as projeções têm uma probabilidade elevada de se concretizarem, bastando para tal olhar para o passado e o presente. Os ganhos de longevidade da população são uma tendência consolidada da nossa demografia, que se traduz em mais anos de vida.

Esta realidade é complexa porque tem reflexos em múltiplas dimensões, entre as quais, na gestão e na qualidade do ciclo de vida, na oferta de respostas sociais, nas doenças do envelhecimento e dos cuidados de saúde, na gestão das relações e responsabilidades familiares, na economia, nos hábitos de poupança, na organização do trabalho e da sociedade, no emprego e na ocupação do tempo.

O contexto de profundas alterações demográficas e económicas que estão no terreno, com importantes implicações no plano individual e no plano coletivo, interpelam os agentes económicos, sociais e políticos a agirem, mas criam oportunidades para um aumento da procura de seguros de saúde e de produtos de poupança para reforma.

O grande desafio de nos organizarmos implica que tenhamos que agir em antecipação, o que significa ter uma estratégia para que consigamos construir, de uma forma planeada, respostas adequadas.

Ora, os seguros, têm aqui um papel muitíssimo relevante a desempenhar, justamente pela sua insubstituível e relevante função socioeconómica, designadamente a função de mitigação e gestão dos riscos e a função de captação de poupança para assegurar rendimentos complementares e cuidados de saúde ao longo do ciclo de vida e, em particular, no fim da vida ativa.

Portugal tem hoje um setor segurador maduro e experiente que tem contribuído de forma positiva para responder às necessidades do País. O que se espera do setor segurador, perante a transformação demográfica que estamos a viver e da qual todos queremos beneficiar, é que seja capaz de oferecer produtos e serviços que respondam às novas necessidades que decorrem do envelhecimento e aumento da longevidade.

A longevidade deverá integrar, por assim dizer, o novo ecossistema dos seguros, do qual também fazem parte outros desafios.

A atividade seguradora não pode ficar indiferente a esta realidade, até pelo impacto que a mesma tem na avaliação do risco associado a cada pessoa segura e a cada produto de seguro. Com vista a manter produtos rentáveis e um portfólio de pessoas seguras atrativo, mas também para dar resposta às novas necessidades trazidas pela longevidade, a atividade seguradora necessita de ponderar as necessidades específicas da longevidade e de inovar e repensar a sua oferta.

Esta realidade tem sido acompanhada por um contexto prolongado de taxas de juro baixas. Este contexto constitui uma quebra estrutural nos atuais modelos de organização e financiamento dos sistemas de proteção social que requerem novas abordagens e soluções na procura de modelos complementares e sustentáveis.

A atividade seguradora dispõe do grande ativo que é a sua experiência de gestão do risco, nomeadamente dos riscos biométricos e dos riscos de investimento que as pessoas devem acautelar ao longo do ciclo de vida. Este “capital técnico e económico” reforça a importância macroeconómica da atividade seguradora.

É, no entanto, claro, que esta importância está dependente, em grande medida, da capacidade de poupança das famílias e das empresas. Mas está, também, dependente do posicionamento da própria atividade seguradora, em termos de oferta de produtos e serviços, da qual pode resultar mais ou menos satisfação de necessidades e maior ou menor contributo para a consciencialização das famílias quanto à finalidade de poupar e transferir risco para cuidar do rendimento e de cuidados de saúde na reforma.

O envelhecimento demográfico está a impor, como bem sabemos, correções na redistribuição do consumo e do rendimento ao longo do ciclo de vida. Sendo maior a longevidade, é necessário gerar mais rendimento e/ou acumular mais poupança durante a vida ativa.

Os seguros têm um contributo para dar na oferta de respostas associadas ao risco de longevidade. A flexibilidade e a versatilidade dos produtos oferecidos são características cada vez mais necessárias, quer na fase de acumulação, quer na fase de pagamento de rendimento e utilização de produtos de seguros. Os riscos biométricos e os riscos de investimento devem ser acautelados através de soluções que sejam capazes de conciliar fluxos regulares de rendimento e de proteção dos riscos de despesas médicas e outras provenientes de problemas de saúde que decorrem do aumento da idade e da dependência.

No campo da proteção da saúde, importa dar continuidade ao desenvolvimento dos seguros de doenças graves, cuja comercialização tem registado elevada receptividade no mercado nacional nos últimos anos, à semelhança de outras geografias onde se tem vindo a afirmar cada vez mais como um dos produtos com maior procura, associado à vida humana, em resultado do desenvolvimento de novas técnicas de diagnóstico, cada vez mais rigorosas, as quais permitem assim o tratamento

antecipado de tais enfermidades e, como tal, com um maior grau de sucesso subjacente.

Em termos sociológicos constata-se que, a par das elevadas exigências profissionais com que as gerações mais novas se deparam, se assiste simultaneamente a uma maior mobilidade geográfica das mesmas. Este fenómeno estrutural da sociedade constitui uma dificuldade acrescida ao problema já, por si, bastante complicado de apoiar no seio da família, com a merecida atenção, as gerações mais idosas quando confrontadas com situações de dependência, decorrentes do aumento da esperança de vida.

É certamente consensual que o setor segurador, simultaneamente com o da economia social, é um setor que possui um maior grau de conhecimento destas problemáticas, podendo assim proporcionar soluções de seguros de dependência que garantam uma renda e/ou proporcionem uma prestação de cuidados de assistência. Afigura-nos, assim, que esta é uma realidade que é imposta pelas novas regras de organização social, exigindo soluções mais sofisticadas que abrem todo um novo caminho à atividade seguradora.

São crescentes as exigências colocadas pelo peso cada vez maior dos idosos na população quanto a práticas preventivas e de promoção de vida saudável, bem como quanto a cuidados de saúde e continuados a dispensar. Respostas sociais mais adequadas parecem solicitar a oferta de novos esquemas complementares de acesso a cuidados preventivos, curativos e continuados, que podem ser financiados pelas famílias e por empresas.

Gostaria de sublinhar alguns números que evidenciam a evolução do seguro de saúde e da poupança de longo prazo em Portugal. A produção do seguro de saúde (direto) cresceu 42%, nos últimos cinco anos – de 2014 a 2018 – passando de 555,2 milhões de euros para 790,2 milhões de euros. Olhando para a evolução do número de pessoas seguras, registou-se no mesmo período um aumento de 15,6%, de 2,309 milhões para 2,671 milhões de beneficiários.

Do lado da poupança de longo prazo para a reforma, o montante captado sob gestão do setor segurador cresceu entre dezembro de 2014 e setembro de 2019 41%, passando de 13.270 milhões de euros para 18.724 milhões de euros.

A significativa evolução da produção do seguro de saúde registada nos últimos tempos, assim como o significativo volume acumulado de captação de poupança de longo prazo são a expressão do dinamismo do mercado destes produtos.

A Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões (ASF) está atenta a estes desenvolvimentos. Estes desenvolvimentos acentuam a necessidade de a ASF colocar mais meios e tempo – porque há mais risco sob gestão - no controlo prudencial destes produtos, assim como de aumentar o foco na regulação dos direitos de acesso e da sua utilização pelas pessoas seguras. A proteção do consumidor de seguros é a principal prioridade da ASF.

Com efeito, é necessário prestar maior atenção aos modelos atuariais e sistemas preditivos de risco e aos modelos de partilha de responsabilidades entre as seguradoras e as pessoas seguras, assim como o desenho dos produtos têm implicações éticas, clínicas e legais que necessitam de uma regulação forte e de uma supervisão comportamental que - através da disponibilização de métricas de qualidade, instrumentos de transparência e códigos de conduta adequados - proteja os direitos das pessoas seguras. A governação, a *compliance* e a gestão do risco serão áreas cada vez mais supervisionadas pela ASF. É expectável que haja mais escrutínio público à medida que aumenta a oferta destes seguros e mais pessoas seguras estejam abrangidas.

No entanto, a intervenção da ASF não se limita à dimensão de regulação e supervisão. Gostaria de realçar que a ASF desenvolveu, há alguns anos atrás, diversos estudos no âmbito dos seguros de saúde, designadamente a possibilidade de criação de regimes especiais de seguros com cobertura graduada, para seguros de saúde de longo prazo e para seguros vitalícios que, como o nome indica, assentam na natureza vitalícia da cobertura.

Estes estudos serão retomados e, por maioria de razão, num contexto em que o risco de longevidade coloca novas e prementes necessidades e a atividade seguradora é chamada a construir novas respostas. Não tendo a ASF uma intervenção direta na iniciativa de desenho dos produtos de seguros, compete-lhe, no entanto, criar condições ao nível do enquadramento regulamentar que permita o desenvolvimento de produtos adequados às necessidades das famílias e da economia.

Na vertente dos produtos de poupança de longo prazo, gostaria de deixar a nota de que a atividade seguradora pode e deve reforçar a oferta de produtos estruturados de captação de poupança de longo prazo, como inicialmente referi.

A ASF desenvolverá uma regulação forte sobre este tipo de poupança, acautelando os interesses dos futuros beneficiários e assegurando que a poupança investida serve o propósito para que foi constituída: garantir a melhoria de condições de vida dos futuros pensionistas.

Apesar do volume importante de captação pela atividade seguradora de poupança de longo prazo (para a reforma), o facto é que esta poupança – 2º e 3º pilares – cobre uma muito pequena parcela da população ativa e do universo empresarial e contribui pouco para o conjunto de rendimentos de substituição recebidos pelos pensionistas em situação de reforma. Com efeito, apenas cerca de 6,5% da população ativa estava abrangida, em 2018, por regimes complementares de iniciativa coletiva (por exemplo, fundos de pensões fechados) e de iniciativa individual (por exemplo, PPR). Apenas cerca de 2.000 empresas tinham planos de pensões financiados por fundos de pensões, ou seja, 5% do universo das empresas com mais de 10 trabalhadores. Apenas 1,4% da população ativa tinha poupança investida em PPR.

Estes números são o resultado da combinação de vários fatores, entre os quais a menor generosidade dos incentivos/benefícios fiscais à adesão de planos de base individual, a queda acentuada da taxa de poupança das famílias e empresas, a desigual repartição do rendimento e a ausência de oferta no mercado de um produto estruturado para cumprir com a função de captação de poupança de longo prazo. O PPR, criado em 1989, foi ao longo do tempo descaracterizado enquanto produto de poupança de longo prazo para a reforma.

Neste contexto, ganha relevância o PEPP – Produto Individual de Reforma Pan-Europeu – em fase de regulamentação pela Autoridade Europeia de Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA).

Trata-se de um novo produto individual de reforma, em complementaridade com os regimes nacionais de pensões, oferecendo soluções ou alargando o leque de escolha dos aforradores no que respeita à poupança voluntária para a reforma.

O PEPP terá um conjunto harmonizado de características fundamentais, designadamente em matéria de conteúdo mínimo dos contratos, registo, tipo de prestadores, prestação de informação e distribuição, política de investimento, mudança de prestadores e portabilidade. Em matéria de transparência, o PEPP prestará informação padronizada, designadamente a elaboração de um

documento de informação fundamental e de uma declaração anual sobre os seus benefícios dirigida aos aforradores.

Quando falamos de poupança de longo prazo é essencial ter presente uma função informativa e pedagógica que contribua para melhorar a literacia financeira e para desenvolver uma cultura de responsabilidade individual, no sentido de as pessoas se envolverem de uma forma consciente e responsável em decisões de poupança. Esta função compete a todos: supervisor e supervisionados.

Não será possível acautelar o futuro sem conhecimento. A literacia financeira tem aqui, efetivamente, um papel fundamental para apoiar as pessoas a tomarem decisões sustentáveis. O compromisso da ASF nesta matéria será o de continuar a trabalhar para que o consumidor de seguros olhe para as matérias financeiras – da poupança e dos seguros de longevidade – não como um assunto reservado a especialistas, mas como fazendo parte integrante do seu quotidiano. A ASF considera a literacia financeira dos cidadãos como um primeiro nível de proteção do consumidor.

A possibilidade de vivermos mais tempo é uma felicidade. Mas o que importa verdadeiramente é um envelhecimento saudável e cuidados adequados para prolongar a vida, tanto quanto possível com qualidade. A poupança de longo prazo é essencial para uma longevidade de bem-estar e dignidade. Os seguros podem apoiar este caminho. Diria que o devem fazer, integrando a longevidade no ecossistema das suas operações. A longevidade será ela própria um fator de inovação.

A ASF também estará presente neste caminho, seja cumprindo a sua missão de supervisionar, seja criando as condições regulatórias que favoreçam a criação de novas soluções que se adequem aos novos desafios, tendo sendo presente a proteção dos consumidores.

Muito obrigada pela vossa atenção.